

Comissão Coordenadora

Proposta de relato da reunião que se realizou no dia 4 de julho de 2018, pelas 11h00, no Conselho Nacional de Educação (CNE), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação dos relatos das reuniões de 5 de março e de 23 de maio do corrente ano;
3. Análise de algumas questões educativas e consideração da oportunidade de eventual pronunciamento do Conselho.
 - Avaliação externa no ensino secundário e acesso ao ensino superior;
 - Currículo escolar – harmonização dos vários documentos de política;
 - Formação, seleção e recrutamento de professores.
4. Atividades das Comissões;
5. Outros assuntos.

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além da Presidente, Maria Emília Brederode Santos, e do Secretário-Geral, Manuel Miguéns, os Conselheiros Bárto Paiva Campos, Joana Brocardo, João Cravinho, Pedro Lourtie e Rui Canário.

A reunião iniciou-se com as boas-vindas dadas pela Senhora Presidente que agradeceu a presença de todos e transmitiu as seguintes informações:

Em setembro iniciará funções na assessoria técnico-científica do Conselho a professora Maria Albergaria, da RAA, com competências, designadamente, na área da comunicação e do audiovisual.

O estudo sobre as escolas resilientes está em preparação, tendo sido já realizadas audições.

Relativamente ao relatório Estado da Educação 2017, foram feitos os pedidos de dados e importa agora retomar a questão do tema da segunda parte. Na última reunião da comissão coordenadora ficaram esboçados dois temas: *que papel para a educação no interior e que modelos pedagógicos se estão a desenvolver numa educação para todos*.

De seguida, a Senhora Presidente deu a palavra aos Senhores Conselheiros para informações e comentários. Destacam-se as seguintes ideias:

Importa envolver especialistas de diversas instituições para analisar o contributo da educação no desenvolvimento do interior do país. A colaboração não deve cingir-se às instituições para não “apagar” a educação não formal.

São nomes a considerar: Alberto Melo, Hugo Hilário, Lucília Salgado, Manuela Silva e Margarida Chagas.

É importante definir o que se entende por *desenvolvimento* e preparar um texto enquadrador. O interior não tem pessoas, nem pessoas qualificadas, é fundamental criar dinâmicas que estabeleçam âncoras. Não é possível contrariar a diminuição global da população mas pode ser feita alguma coisa em determinadas áreas e, neste ponto, o desenvolvimento educacional é essencial.

Vive-se mais em cidades, é inevitável e essa realidade cria problemas de assimetrias. É necessário pensar novas maneiras de organizar o território e a educação é fundamental neste âmbito. A oposição rural/urbano tem de ser equacionada noutros termos.

A ideia de funcionalidade sistémica implica que, para puxar os mais fracos, os mais fortes têm de se envolver.

Considerando que as instituições de ensino superior recrutam os alunos localmente, seria interessante ponderar um “Programa Erasmus” interno.

Neste ponto a Senhora Presidente questionou os Senhores Conselheiros sobre o interesse de tratar também o tema dos *modelos pedagógicos* na segunda parte do Estado da Educação 2017.

Tratar um só tema tem a vantagem de acentuar o foco na matéria respetiva. O tema dos *modelos pedagógicos* poderá ser tratado no Estado da Educação de 2017 ou de 2018. Será uma questão a ponderar oportunamente.

A Senhora Presidente encerrou o ponto 1 da ordem de trabalhos por informar que o Conselheiro Joaquim Azevedo cessou a função de coordenador da 4.^a CEP por motivos pessoais.

De seguida submeteu à consideração dos conselheiros os relatos referidos no ponto 2 da ordem de trabalhos que foram aprovados por unanimidade.

No que concerne ao ponto 3 foi analisada a oportunidade de eventual pronunciamento do Conselho sobre os temas da “Avaliação externa no ensino secundário e acesso ao ensino superior”, “Currículo escolar – harmonização dos vários documentos de política” e “Formação, seleção e recrutamento de professores”.

A 2.^a CEP está a trabalhar o tema do acesso ao ensino superior. Tal trabalho inclui, designadamente, uma análise comparada e a questão do acesso ao ensino superior dos alunos das vias profissionais.

Na matéria do currículo escolar o CNE produziu recentemente um parecer que alertou para a necessidade de compatibilizar o documento sobre as aprendizagens essenciais e o conteúdo (inalterado) dos programas. O CNE pode acompanhar as escolas para perceber os problemas. É interessante observar o desenvolvimento curricular e a sua aplicação em diferentes países.

O CNE também emitiu um parecer sobre a formação de professores. Nesta matéria é igualmente importante considerar a realidade noutros países e perceber, nomeadamente, a razão que leva os docentes do quadro a mudarem de escola.

De seguida a Senhora Presidente introduziu o ponto 4 da ordem de trabalhos e deu a palavra aos coordenadores para breve síntese dos trabalhos das comissões respetivas.

1.^a CEP: decorrem os trabalhos de acompanhamento do projeto da gestão flexível do currículo. A Comissão ouviu duas escolas que referiram experiências positivas na aplicação do projeto.

Foi realizado, no dia 28 de maio pp, o seminário intitulado “Educação para todos: os invisíveis, os discriminados e os outros”. Brevemente será analisado o estudo sobre os dados dos relatórios *Trends in International Mathematics and Science Study* (TIMSS) e *Progress in International Reading Literacy Study* (PIRLS).

2.^a CEP: no dia 20 de junho realizaram-se duas audições no âmbito dos trabalhos sobre o perfil dos jovens dos 15 aos 24 anos. No sentido de melhor compreender o perfil e as características dominantes desta faixa etária, incluindo as motivações e os desafios que estes jovens enfrentam, a Comissão fez uma audição na qual participaram Edgar Romão, em representação do Conselho Nacional de Juventude, e Maria Manuel Vieira, coordenadora do Observatório Permanente da Juventude.

3.^a CEP: está em preparação um seminário sobre educação e formação de adultos que terá lugar no CNE no dia 20 de setembro. Seria interessante envolver as restantes comissões especializadas permanentes no tema e planear atividades conjuntas.

5.^a CEP: está a tratar o tema da participação autárquica nas ofertas de formação e educação. Uma das questões que se coloca é a de saber se a descentralização deve ir no sentido das autarquias ou das escolas, ou de uma outra entidade. Debate-se a conceção de escola. Foram realizadas audições em que participaram UGT, CGTP, FENPROF, FNE e alguns especialistas.

6.^a CEP: decorrem trabalhos preparatórios de duas conferências cuja realização está prevista para o primeiro trimestre de 2019. No dia 6 de novembro, terá lugar uma conferência organizada em conjunto com a 6.^a CEP e o GILM denominada “Film 4”.

A Senhora Presidente agradeceu a participação de todos e concluiu os trabalhos pelas 13h30.